

ARTIGOS

Pedro Ganzeli^I

Rayane Gasparelo^{II}

Direito à educação no Brasil: o estado da arte de 1988 a 2018 – gestão educacional

Right to education in Brazil: state of art from 1988 to 2018 – educational management



RESUMO:


Para conhecer qual a reverberação do direito à educação na produção científica pós Constituição Federal de 1988, este artigo se propôs a analisar as teses e dissertações que constam no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – CAPES, tendo como recorte temático a gestão da educação. O estudo compreendeu o Estado do Conhecimento, caracterizado como exame na perspectiva da revisão bibliográfica. Foram analisados 228 trabalhos, atendendo a todos os níveis e modalidades de ensino. A análise demonstrou um crescimento da produção de pesquisas relacionadas ao direito à educação com foco na gestão educacional, assim como dos processos de regulação. Isso influencia a produção de políticas públicas, ainda que fragilizadas pela descontinuidade e falta de institucionalidade e financiamento para a materialização do direito à educação, conforme determinação constitucional.

Palavras-chave: Direito à educação; Gestão educacional; Estado da arte

ABSTRACT:

To know which reverberation the right to education has on post federal Constitution of 1988 scientific production, this article proposed to analyze thesis and dissertations from data bank of Coordenação de Pessoal do Ensino Superior – CAPES, with thematic focus on education management. The study encompassed the state of knowledge, characterized as an examination on the bibliographic revision perspective. All the levels and modalities of teaching were examined through 228 works. The analysis showed a growth in research production regarding the right to education focused on the education management, as well as in regulation processes. It influences public policies production, even fragile because of discontinuity and lack of institutionalization and funding for the right to education materialization, according to constitutional determination.

Keywords: Right to education; Educational management; State of art

^I Doutor, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
pedro.ganzeli@gmail.com,  <https://orcid.org/0000-0002-6237-5110>

^{II} Doutora, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, PR, Brasil.
rayanegasparelo.0706@gmail.com,  <https://orcid.org/0000-0002-7787-8458>

INTRODUÇÃO

Com o intuito de fazer valer a prerrogativa da definição de direito público subjetivo, a Constituição de 1988 criou mecanismos para garantir a efetivação do direito à educação mediante o dever do Estado em efetivar tal direito, trazendo, conforme Oliveira (1999, p. 65), um aspecto inovador em relação a todas as constituições anteriores existentes no País:

[...] para além de uma maior explicitação dos direitos e de uma maior precisão jurídica, evidenciada pela redação, é a previsão dos mecanismos capazes de garantir os direitos anteriormente enunciados, estes sim, verdadeira novidade. São eles o mandado de segurança coletivo, o mandado de injunção e a ação civil pública.

Constatamos que a promulgação da Constituição Federal de 1988 alçou o debate em torno do direito à educação a um patamar nunca antes alcançado no País, seja pela valorização da importância do preceito, seja pelo detalhamento das responsabilidades governamentais, ou seja pela criação de mecanismos jurídicos para a efetivação de tal direito. Neste sentido, cabe indagar: qual a reverberação do direito à educação na produção científica na área da educação, pós Constituição Federal de 1988?

Este artigo faz parte de pesquisa concluída¹ que tem como objetivo inventariar e analisar os desdobramentos do direito à educação em áreas do conhecimento educacional para compreender a trajetória do conceito e as tendências indicadas na literatura investigada consubstanciada na produção científica no Brasil de 1988 a 2018.

No Brasil a organização escolar deve atender o projeto de sociedade democrática conforme determina a Constituição Federal de 1988, que define, em seu Art. 206, como princípios da educação nacional: a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escolar” (Inciso I), a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (Inciso II), o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” (Inciso III), a “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” (Inciso IV), a “valorização dos profissionais do ensino” (Inciso V), a “gestão democrática do ensino público” (Inciso VI) e a “garantia de padrão de qualidade” (Inciso VII).

Nesse sentido, a administração escolar ganha especificidade social, política e cultural, distinguindo-se de outras formas de organização, em especial daquelas do setor produtivo (PARO, 2010). A administração educacional no Brasil passou por fases distintas, no período colonial e imperial, por exemplo, a predominância era o enfoque jurídico; a partir da Proclamação da Repúbli-

ca, verificamos os seguintes enfoques: organizacional, comportamental, desenvolvimentista e sociocultural (SANDER, 2007). Com o advento da Reforma do Estado (PEREIRA; SPINK, 1999), a administração pública gerencial tornou-se hegemônica, induzindo processos de descentralização e a implementação da gestão de resultado no âmbito do campo educacional.

Para Gewirtz e Ball (2011, p. 199),

[...] o discurso do novo gerencialismo na educação enfatiza os propósitos instrumentais mensurados pela avaliação dos resultados, nível de frequência e destino dos egressos – e está frequentemente articulado a um vocabulário da empresa, excelência, qualidade e eficiência.

A organização escolar passa a ser moldada pelo modelo empresarial produtivista. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar a relação entre a produção do conhecimento em direito à educação e gestão educacional nas teses e dissertações que constam no Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES²).

Tomando como princípio que a efetivação do direito à educação se dá no âmbito da gestão educacional e, para tanto, precisa interagir com dimensões sociais, políticas e econômicas, abrangendo diferentes campos do conhecimento edu-

cacional, a pesquisa compreende o tipo Estado da Arte e Estado do Conhecimento, caracterizado como estudos na perspectiva da revisão bibliográfica. Em geral, debruça-se sobre a produção de conhecimento de temática específica e objetiva-se avançar para além do levantamento e da leitura, próprios da revisão, e pretende-se chegar na consolidação do conhecimento em determinada área de forma ampla, tanto no sentido quantitativo quanto qualitativo (MESSINA, 1998; FERREIRA, 2002).

O levantamento foi realizado em maio de 2019 com o descritor “direito à educação”, sendo localizados 1.473 títulos e, tendo em vista as instabilidades³ apresentadas pelo sistema Capes, essas informações foram conferidas durante o mês de junho. Em seguida foi realizada a pesquisa com o filtro “gestão educacional” (direito à educação *and* gestão educacional), relacionando 323 títulos. Desses, foram excluídos os títulos que não permitiam acesso ao texto completo, resultando um conjunto de 254 títulos. Após a leitura dos resumos, outros 26 títulos foram descartados por não se enquadrarem no tema “gestão educacional” e não se relacionarem com o direito à educação. Assim, trabalhamos com o universo de 228 títulos.

Os resumos foram organizados em tabelas de Excel, contendo as seguintes informações, quando disponível: Ano de defesa; Autor; Título; Tema; Busca; Link; Nível (Mestrado/Doutorado);

Orientador; Composição da Banca; Universidade/ Instituição da defesa; Tipo de Instituição (Pública/ Privada); Agência de Financiamento (Sim - Qual? Ou Não); Resumo; Palavras-chave; Disponibilidade (link); Objetivos; Referencial; Metodologia; e Resultados/Conclusões.

Neste artigo analisaremos os seguintes aspectos relacionados ao conjunto dos títulos: ano da produção; procedência institucional; tipo da instituição; procedência geográfica da pesquisa; agências de fomento; metodologia, temáticas abordadas pelas pesquisas; e resultados.

BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES: GESTÃO EDUCACIONAL

Inicialmente foi realizada uma pré-análise (BARDIN, 2010) do conjunto dos resumos, nos quais verificamos grande variedade de informações presentes. Considerando que um resumo deve conter informações claras sobre: questão de pesquisa; objetivo; referencial teórico; objeto do estudo; recorte temporal; abordagem metodológica; procedimentos metodológicos; e resultados da investigação, verificamos a ausência desses elementos em grande número de trabalhos, exigindo a consulta ao texto integral para a complementação das informações. Mesmo assim, a generalidade dos textos foi um fator que dificultou uma análise mais aprofundada. Como exemplo, podemos citar a análise sobre a metodolo-

gia de pesquisa empregada pelas teses e dissertações que exigiu o acesso a 23 textos (cerca de 10%), demandando um novo esforço na captura de informações.

As teses e dissertações defendidas no período de 1989 a 2001, por não possibilitarem acesso ao texto completo, não foram contempladas na análise, conforme antecipamos. As 228 teses e dissertações que compreenderam o universo de estudo foram produzidas no período compreendido entre os anos de 2002 a 2018, sendo assim distribuídas: 2002, dois (02) títulos; 2003, três (03) títulos; 2004, nenhum título; 2005, três (03) títulos; 2006, sete (07) títulos, 2007, seis (06) títulos; 2008, quatro (04) títulos; 2009, doze (12) títulos; 2010, sete (07) títulos; 2011, dez (10) títulos; 2012, vinte (20) títulos; 2013, dezesseis (16) títulos; 2014, vinte e seis (26) títulos; 2015, vinte e quatro (24) títulos; 2016, trinta (30) títulos; 2017, vinte e sete (27) títulos; 2018, trinta e três (33) títulos. Elas estão representadas no Gráfico 1, a seguir.

Verificamos um aumento na produção de dissertações e teses no período de 2002 a 2018, de forma não linear, com destaque para os anos em que a produção cresceu em relação aos nos anteriores, como em 2009, com 12 trabalhos; o ano de 2012, com o dobro de trabalhos em relação ao ano de 2011; e o ano de 2018, com a maior produção registrada no período. Podemos inferir, dentre outras possíveis razões, que o aniversário de 30

anos da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil foi um fator que estimulou a produção científica verificada para o ano de 2018.

A procedência institucional das teses e dissertações demonstra a participação das instituições públicas na produção científica, conforme o Gráfico 2, a seguir.

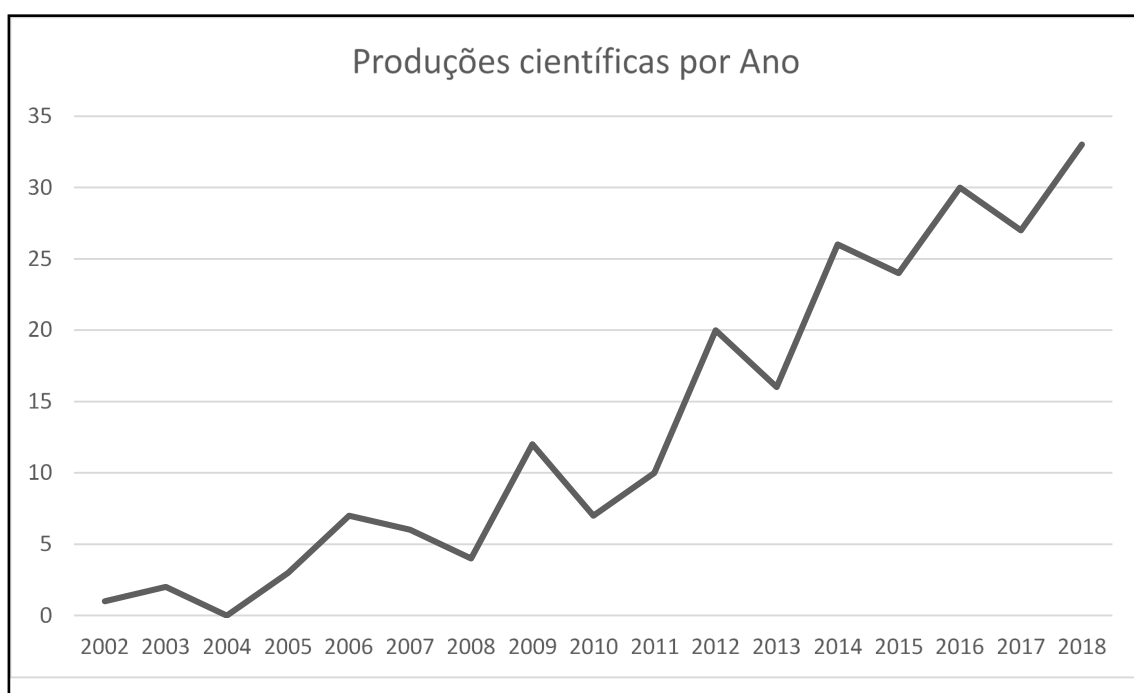
As instituições de ensino superior federais somaram 109 teses e dissertações, alcançando 47,80% da produção no período. As instituições estaduais, com 59 títulos, atenderam a 25,87%. As instituições públicas representaram 73,68% da produção no período. No âmbito das instituições privadas de ensino superior, as instituições confessionais se destacaram com 13,59 % da produção científica no período. Entretanto, as produções

científicas nas instituições privadas com fins lucrativos mercadológicos são menores, se comparado com os números de produções somadas das instituições confessionais e comunitárias.

Verificamos a concentração da produção científica na região Sudeste (41%), conforme o Gráfico 3.

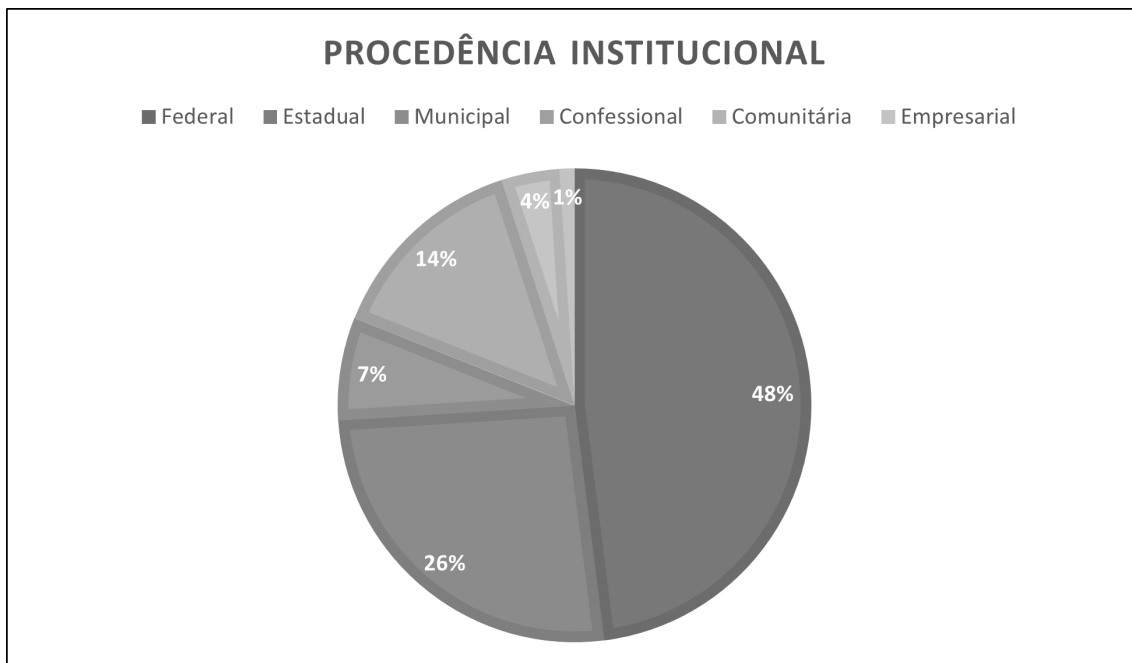
Cabe ressaltar a presença das demais regiões do país na produção de teses e dissertações sobre o Direito à Educação, com foco na gestão educacional, demonstrando a sua importância para o desenvolvimento da área da educação. Nesse sentido, a região Sul (24%) e a região Nordeste (17%) apresentaram produção expressiva, seguidas da região centro-oeste (12%) e da região norte (5%). A desigualdade na

Gráfico 1 – Gestão Educacional, Produções científicas por ano, 2002-2018



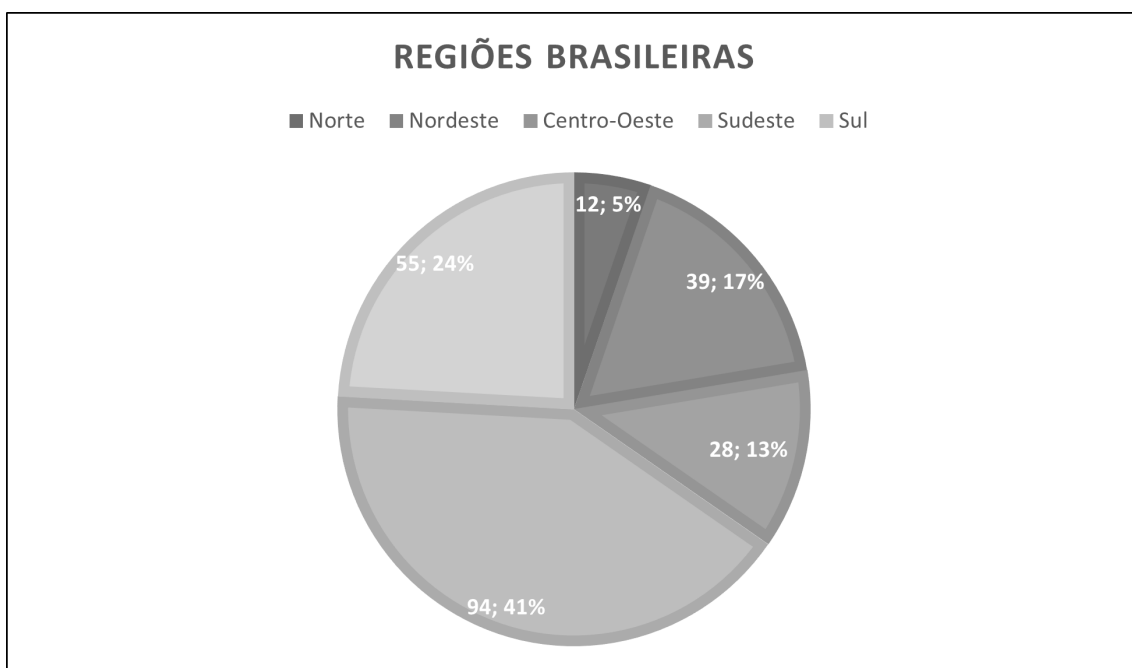
Fonte: Autores (2022)

Gráfico 2 - Gestão Educacional, Procedência institucional, 2002 -2018



Fonte: Autores (2022)

Gráfico 3 – Gestão Educacional, Produção científica por regiões brasileiras, 2002-2018



Fonte: Autores (2022)

produção científica entre as regiões brasileiras é um problema presente desde os primórdios dos programas de Pós-Graduação no Brasil, sendo necessário a ampliação de políticas públicas que favoreçam a redução das diferenças regionais (SANTOS; AZEVEDO, 2009).

Para a análise das agências de fomento à pesquisa que apoiaram a produção científica no período, foram coletadas as informações presentes nas folhas de rosto das teses e dissertações. Em geral, essas informações se encontram nos “agradecimentos”, sem maiores detalhes da forma de auxílio. Em alguns casos, foram indicadas mais de uma agência ou instituição de auxílio financeiro, assim passamos a contabilizar todas as citadas no trabalho para a elaboração do Quadro 1, a seguir.

Dos 228 trabalhos que compõem o universo analisado, 48 trabalhos informaram o aporte financeiro para a sua realização, representando 21,05% do total, o que, em nossa concepção, demonstra o baixo investimento na produção científica do período. A CAPES, compreendendo o atendimento de 72,91% dos trabalhos que obtiveram auxílio em relação ao universo de títulos analisados no período, demonstra a sua relevância para o fomento da produção científica. Além dela, foi indicado em um título o apoio do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Ensino Superior (PROSUC) da agência CAPES e, em outro trabalho, foi indicado o Programa de Apoio à Educação Especial (PROESP) do Ministério da Educação. O trabalho que declarou “apoio da instituição de ensino superior” não in-

Quadro 1 – Gestão Educacional Agências de fomento, 2002 - 2018

Agência	Nº	%
Coordenação de Pessoal de Nível Superior - CAPES	35	72,91
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq	8	16,66
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG	1	2,08
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG	1	2,08
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB	1	2,08
Fundação de Amparo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP	1	2,08
Apoio da Instituição de Ensino Superior	1	2,08
Total	48	100

Fonte: Autores (2022)

formou o tipo de apoio. Foi ainda indicada a participação institucional da Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP), da Universidade Federal de Minas Gerais, indicando a importância de programas de apoio no âmbito das instituições de ensino superior.

As agências de fomento à pesquisa dos estados também se fizeram presentes, sendo necessário, conforme demonstrado no Quadro 1, maior empenho dos governos regionais na ampliação do apoio à produção científica. A importância do poder público para o financiamento dessa produção ficou evidenciada. Ainda que demande aumento de investimento, mostrou-se a principal, se não a única, fonte de recursos para a pesquisa.

METODOLOGIA DE PESQUISA

A análise sobre a metodologia adotada nas teses e dissertações mostrou-se um trabalho complexo em decorrência das fragilidades verificadas, sendo elas a ausência de informações relacionadas, assim como a forma de exposição, com combinações diversas entre o referencial metodológico, a abordagem metodológica e os diferentes procedimentos explicitados em cada trabalho analisado. Como exemplo podemos citar as variadas denominações, como: “estudo bibliográfico”; “análise bibliográfica”; “pesquisa bibliográfica”; “levantamento bibliográfico”; “revisão da litera-

tura”; podendo ser considerados como “abordagem metodológica” ou como “procedimentos metodológicos”, segundo cada título. Também verificamos a indicação apenas da abordagem metodológica, ou apenas dos procedimentos metodológicos adotados, dificultando a análise mais aprofundada sobre o conjunto das informações.

Levando em conta as dificuldades apontadas, realizamos um levantamento das informações expressas em cada um dos 228 resumos⁴ analisados. Verificamos que apenas trinta (30), ou seja, cerca de 13% do total, indicaram o referencial metodológico, e que quarenta e quatro (44) dos títulos (cerca de 19%) informaram o tipo de abordagem; desses, onze (11) indicaram a incorporação da abordagem qualitativa e quantitativa de pesquisa, trinta e um (31) a abordagem qualitativa e dois (2) a quantitativa. Dentre os trabalhos analisados, verificamos que vinte e oito (28) adotaram “Estudo de Caso”; nove (09) “Pesquisa-ação”; quatro (04) “Ciclo de Política”; dois (02) “Análise de Política”; e um (01) “Pesquisa Aplicada”.

As teses e dissertações apresentaram variadas combinações entre distintos procedimentos metodológicos. Diante disso, ressaltamos a possibilidade da utilização de mais de um procedimento metodológico em uma mesma pesquisa; assim, apresentamos o total de cada procedimento

metodológico informado, sendo: cento e cinquenta e sete (157) análise documental; cento e cinco (105) entrevistas; setenta e sete (77) estudo bibliográfico (considerando as observações anteriores); vinte e cinco (25) questionários; vinte e dois (22) observação; e onze (11) grupo focal.

A prevalência do procedimento “análise documental” demonstra a importância da legislação e demais documentos na definição e delimitação das políticas educacionais que, por sua vez, orientam a gestão educacional. Nesse sentido, verificamos a constante indicação de legislação, políticas e programas nos títulos analisados. A empiria das pesquisas pode ser aferida pela frequência na utilização de entrevistas, observação e grupo focal, assim como o uso de questionários. Pela importância do estudo bibliográfico na estruturação da pesquisa (LAVILLE; DIONNE, 1999), entendemos que esse procedimento deveria participar de forma mais ativa nos resumos analisados, considerando que apenas setenta e sete (77) títulos (cerca de 33%) informaram a sua realização.

TEMÁTICAS DAS PESQUISAS

As pesquisas sobre “Gestão Educacional” versaram sobre uma gama abrangente de conteúdos em diferentes dimensões analíticas. O estudo dos resumos revelou a necessidade da elaboração de novos agrupamentos organizados

em subtemas, favorecendo a compreensão da dinâmica de produção acadêmica relacionada ao Direito à Educação – Gestão Educacional. Assim, os 228 títulos foram reunidos em 21 (vinte) subtemas, a saber.

Os trabalhos foram agregados em conformidade com a informação evidenciada em seus objetivos, considerando a existência de um número significativo de resumos com conteúdo que versaram sobre diferentes subtemas. Como, por exemplo, educação infantil e educação especial; ensino médio e educação de jovens e adultos; financiamento e educação especial; entre outras possíveis interações temáticas.

As dissertações defendidas nos cursos de Mestrado Acadêmico destacaram-se na produção científica do período, representando 64,03% do universo analisado. A produção de teses, com 21,92% da produção, indica a necessidade de fomento para a ampliação de pesquisas. Apesar da criação recente dos cursos de mestrado profissional na área de humanidades em 2010 (CAPES, 2013), a participação deste se fez representada com 14,03% da produção no período.

Apresentaremos, na sequência, os subtemas trabalhados pelo conjunto de títulos. Em razão das coincidências verificadas para os subtemas, a sua quantidade pode não corresponder necessariamente ao número de títulos.

Quadro 2 – Gestão Educacional - Subtemas

Agência	Nº	%	DO	ME	MP
Políticas, Programas, Projetos, Reformas Educacionais	35	15,35	11	17	7
Educação Especial	25	10,94	3	17	5
Educação de Jovens e Adultos	21	9,21	3	11	7
Educação Infantil	20	8,77	3	14	3
Gestão Democrática da Educação	18	7,98		13	1
Gestão do Ensino Superior	13	5,70		10	-
Poder Judiciário e Educação	13	5,70		9	-
Educação Rural/Campo	12	5,26		7	3
Política e História do Direito à Educação	11	4,82		8	1
Atendimento socioeducativo	9	3,94		5	3
Ensino Médio	8	3,5		7	-
O Público e o Privado na Educação	7	3,07		6	-
Financiamento da Educação	6	2,63		4	1
Ensino Profissionalizante	5	2,19		5	-
Estudo Comparado Brasil e outros países	5	2,19		1	-
Planos de Educação	4	1,75		1	-
Educação Indígena	4	1,75		3	-
Pesquisa Aplicada ao Direito à Educação	4	1,75		2	1
Ensino Fundamental	3	1,31		3	-
Municipalização do Ensino	3	1,31		1	-
Política para a Educação Quilombola	2	0,87		2	-
Total	228	100		146	32

Fonte: Autores (2022)

Em que: DO = tese de doutorado; ME = dissertação de mestrado acadêmico; MP = dissertação em mestrado profissional.

POLÍTICAS, PROGRAMAS, PROJETOS, REFORMAS EDUCACIONAIS

Foram relacionados ao subtema 11 teses, 17 dissertações de mestrado acadêmico e 7 dissertações de mestrado profissional, com os se-

guintes focos temáticos: Programa Bolsa-Escola⁵ e a garantia do direito à educação; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE⁶) no município e a garantia do direito à educação; Partidos Políticos e gestão da educação no município; Desigualdade Social e atendimento escolar no mu-

nício; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI⁷) e o direito à educação; Políticas de Promoção da Igualdade Racial no município; Projeto de prevenção da violência escolar na rede municipal de ensino; Programa Nacional de Escola de Gestores da Educação Básica⁸, gestão democrática e direito à educação; Gestão da Qualidade Total na promoção do Direito à Educação; Políticas Sociais para a garantia do Direito à Educação; Rede municipal de ensino e as Classes Hospitalares na garantia do Direito à Educação; Partidos Políticos e a tramitação da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional⁹ para os profissionais do magistério público da Educação Básica; Programa de Aceleração da Aprendizagem na garantia do Direito à Educação (Estado); Políticas Públicas de avaliação, Índice de Desenvolvimento da Educação (Ideb¹⁰) e a qualidade da educação; Constituição da Gestão Única da Educação Básica das Redes Estadual e Municipais de Educação em Mato Grosso; Programa Mais Educação¹¹ e escola de tempo integral em rede municipal de ensino; Serviço Social na garantia do Direito à Educação; Política de transporte escolar para a garantia do direito à educação (Nacional e Estadual¹²); Projeto Político Pedagógico da Secretaria Municipal de Ensino; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE¹³) e o Programa Mais Educação e o direito à educação; Valorização do Magistério na garantia do direito à educação (jornada de trabalho); Programa Bolsa Família¹⁴,

educação e trabalho infanto-juvenil; Reforma educacional e justiça escolar no município; Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2004) e o Direito à Educação; Programa Alfabetização em Idade Certa e o direito à educação (Estado¹⁵); Política para Diversidade Sexual e de Gênero; Currículo escolar e direito a permanência e a aprendizagem; Política de alfabetização no município e o direito à educação; Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR¹⁶) e o direito à educação; Política municipal para o enfrentamento da distorção idade-série; Efetividade e exigibilidade do direito à educação; Regime de Progressão Continuada e garantia do direito à educação; Atendimento educativo a migrantes internacionais no município; Reforma educativa e a qualidade do ensino municipal; Política Nacional de Educação Ambiental e o direito à educação ambiental (BRASIL, 1999).

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Foram relacionados ao subtema Educação Especial 3 teses, 17 dissertações de mestrado acadêmico e 5 dissertações de mestrado profissional, com os seguintes focos temáticos: Gestão da educação especial (estado, município, área metropolitana, órgãos da secretaria da educação); Educação infantil e o atendimento aos estudantes com necessidades especiais; Inclusão no ensino

superior (análise sobre políticas públicas, ingresso, acessibilidade, desempenho de estudantes com necessidades especiais); Inclusão no ensino médio (análise sobre políticas públicas nacionais, estaduais e municipais, acessibilidade, Exame Nacional do Ensino Médio; Relação professor e estudantes nos processos de inclusão; Análise das políticas de inclusão no município); Curso de formação continuada de professores de educação física e práticas de inclusão de alunos e educação adaptada; A educação escolar inclusiva na perspectiva de estudante com necessidades especiais; Educação bilíngue e o Atendimento Educacional Especializado (AEE); Estudo sobre o direito à educação inclusiva das pessoas com deficiência na Constituição Federal de 1988; Financiamento da Educação Especial no Estado e no Município; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e referenciais de atendimento especializado para o ensino complementar.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Foram relacionados a este subtema 3 teses, 11 dissertações de mestrado acadêmico e 7 dissertações de mestrado profissional, com os seguintes focos temáticos: Gestão da Educação de Jovens e Adultos (município, Plano Municipal de Educação, programas, oferta, permanência, evasão, perfil e percepção dos estudantes); Financiamento da Educação de Jovens e Adultos e a gar-

antia do direito à educação; Educação de Jovens e Adultos na cidade e no campo; Projeto Político Pedagógico para Educação de Jovens e Adultos; Projovem – Urbano¹⁷ e direitos humanos (Unidades penais); Educação de Jovens e Adultos em espaços não escolares; Programa Brasil Alfabetizado¹⁸, percepção dos estudantes; Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja¹⁹) nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

EDUCAÇÃO INFANTIL

Foram relacionados a este subtema 3 teses, 14 dissertações de mestrado acadêmico e 3 dissertações de mestrado profissional, com os seguintes focos temáticos: Políticas Públicas e gestão da Educação Infantil, programas e projetos de atendimento da demanda educacional (Estado, Município e Região Metropolitana); Obrigatoriedade da pré-escola e direito à educação; Qualidade da educação infantil e direito à educação; Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014a) e Plano Municipal de Educação e a Educação Infantil; Currículo Escolar; Programa de Pró-Creche/SP; Condições de oferta; Legislação; Creches Comunitárias; Mercantilização da Educação Infantil; Atendimento da Educação Infantil em Instituição de Ensino Superior; Educação Infantil na perspectiva das famílias; Gestão da Edu-

cação Infantil nas publicações científicas; Trabalho docente na Educação Infantil.

GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

Foram relacionados ao subtema Gestão Democrática da Educação 4 teses, 13 dissertações de mestrado acadêmico e 1 dissertação de mestrado profissional, com os seguintes focos temáticos: Conselho Estadual de Educação e Conselho Municipal de Educação (constituição, atuação, impactos na garantia do direito à educação); Plano de Ações Articuladas (PAR²⁰) na democratização da gestão educacional; Análise do conceito de gestão democrática da educação na literatura científica e legislação; A democratização do ensino fundamental de 06 a 14 anos: que concepção de democracia na legislação federal; Gestão Municipal da Educação e Projeto Político Pedagógico democrático; Educação e Estado Democrático de Direto; Conferência Nacional de Educação (CONAE²¹); Conselhos Escolares na escolas públicas; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e conselhos escolares; Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACCS) do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) (BRASIL, 2007b) e a democratização da gestão educacional; Gestão Democrática em unidade escolar pública em prisão; Atuação da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude

na gestão democrática da educação; Gestão democrática na unidade escolar.

GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR

Foram relacionados a este subtema 3 teses e 10 dissertações de mestrado acadêmico, com os seguintes focos temáticos: Gestão de programas de assistência estudantil em instituições de ensino superior; Programas de ações afirmativas nas instituições de ensino superior públicas e privadas; Programa Universidade para Todos – ProUni²² na garantia do direito à educação; Expansão de instituições de ensino superior públicas e o direito à educação; Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR (avaliação do egresso); Cursos de Ensino Superior para os povos do campo; Formação docente da Educação Infantil no ensino superior.

PODER JUDICIÁRIO E EDUCAÇÃO

Foram relacionados a este subtema 4 teses e 9 dissertações de mestrado acadêmico, com os seguintes focos temáticos: Exigibilidade do Direito à Educação a ação do Poder Judiciário; O Poder Judiciário na efetivação da Educação Básica; Atuação do Ministério Público nas políticas educacionais (Distrito Federal e Municípios); Decisões judiciais sobre o acesso ao ensino superior; Atuação do Poder Judiciário na garantia do Sistema de Cotas²³; As decisões judiciais do Superior Tribunal Federal (STF) sobre o direito à educação;

Estudo sobre teoria justiça e educação; Atuação do sistema judiciário e extrajudiciário na garantia do direito das crianças e adolescentes ao Ensino Fundamental; Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e a Educação; A legislação, as políticas e a gestão educacional para a garantia do direito de permanência dos estudantes na unidade de ensino.

EDUCAÇÃO RURAL/CAMPO

Foram relacionados ao subtema Educação Rural/Campo 2 teses, 7 dissertações de mestrado acadêmico e 3 dissertações de mestrado profissional, com os seguintes focos temáticos: Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo)²⁴ (Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional); Gestão educacional em escola rural; Movimentos Sociais e Sindical do Campo e as Políticas Públicas de Educação do Campo; Educação Física para a Educação do Campo; Escola Rural multisseriada, significados para a formação dos estudantes; A inclusão na Educação do Campo; O direito à educação para populações de assentamentos e de reservas extrativistas; Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)²⁵ (gestão e atendimento para a Educação de Jovens e Adultos do campo); Acesso e permanência do educando nas escolas de Ensino Médio do campo.

POLÍTICA E HISTÓRIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Foram relacionados a este subtema 2 teses, 8 dissertações de mestrado acadêmico e 1 dissertação de mestrado profissional, com os seguintes focos temáticos: Direito à Educação nas Constituições Brasileiras; Análise da efetividades das políticas sociais para a garantia do direito a educação básica; Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos (UNESCO, 1990) e o direito à educação; Políticas Públicas e a educação como direito público subjetivo; Função social das políticas públicas nacionais de educação em direitos humanos; A garantia do direito à educação para a formação do cidadão como sujeito de direito; A escola pública nos processos de socialização das novas gerações de brasileiros; Políticas públicas de avaliação e a qualidade na educação pública brasileira; Efetivação e exigibilidade do Direito à Educação (Distrito Federal); Direito à Educação e Direitos Humanos no Brasil e no mundo.

ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Foram relacionados ao subtema Atendimento Socioeducativo 1 tese, 5 dissertações de mestrado acadêmico e 3 dissertações de mestrado profissional, com os seguintes focos temáticos: Criança e o adolescente moradores de favelas enquanto sujeitos de direitos a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990);

Processo educacional em Centros de Atendimento Socioeducativo (CASE); Políticas Públicas Educacionais para adolescentes infratores; Trabalho dos gestores escolares para a (re)inserção de adolescentes em Liberdade Assistida nas escolas estaduais da rede regular de ensino público, em conformidade com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)²⁶; Prática pedagógica dos pedagogos que atuam em Unidades Penais; Gestão de instituições escolares para a garantia do Direito à Educação, no paradigma da doutrina da proteção integral.

ENSINO MÉDIO

Foram relacionados ao subtema Ensino Médio 1 tese, 7 dissertações de mestrado acadêmico, com os seguintes focos temáticos: Financiamento da Escola de Tempo Integral para o Ensino Médio; Participação da União no Ensino Médio (Região Metropolitana); Juventude e ações afirmativas no espaço escolar em Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia; Desigualdades nas condições de oferta do Ensino Médio (município); Atuação do Ministério Público e a percepção de docentes e discentes (Distrito Federal); Gestão das escolas privadas de Ensino Médio e políticas públicas (município); História do direito ao ensino médio no ordenamento legal brasileiro; Demanda e oferta do ensino médio na SEE.

O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO

Foram relacionados ao subtema O Público e o Privado na educação 1 tese e 6 dissertações de mestrado acadêmico, com os seguintes focos temáticos: Vouchers educacionais enquanto modelo de prestação de serviços educacionais e os *standards* para o direito à educação; Parcerias Público-Privadas (PPPs)²⁷ na educação (município, Ensino Médio, Serviços pedagógicos); Constituição histórica da relação público-privada na educação brasileira; Reforma de Estado de 1995 e a atuação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCPs) na educação.

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Foram relacionados ao subtema Financiamento da Educação 1 tese, 4 dissertações de mestrado acadêmico e 1 dissertação de mestrado profissional, com os seguintes focos temáticos: Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância)²⁸ no atendimento escolar; Autonomia financeira e gestão democrática das escolas públicas municipais; Percepção dos docentes sobre a influência do financiamento na Educação Infantil; Financiamento da Educação para as desigualdades intermunicipais; História do financiamento da educação no Brasil; Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e o atendimento de creches.

ENSINO PROFISSIONALIZANTE

Foram relacionados ao subtema Ensino Profissionalizante 5 dissertações de mestrado acadêmico, com os seguintes focos temáticos: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec)²⁹ (organização e financiamento, bolsa formação); O direito à educação profissional; Relações de gênero no trabalho e na docência das disciplinas técnicas; A integração entre as disciplinas do Ensino Médio e as disciplinas do Ensino Profissional, trabalho político-pedagógico.

ESTUDO COMPARADO BRASIL E OUTROS PAÍSES

Foram relacionados ao subtema Estudo Comparado Brasil e outros países 4 teses e 1 dissertação de mestrado acadêmico, com os seguintes focos temáticos: Conhecimento pericial emanado da OCDE e a política de formação de professores Brasil e Portugal; Direito à Educação no Brasil e na Inglaterra; Análise comparativa sobre o direito à educação nos países membros do Mercado Comum do Sul (Mercosul); A educação para crianças na faixa etária de 0 a 5 anos no Brasil, Argentina e Uruguai; Educação obrigatória no Brasil e Uruguai.

PLANOS DE EDUCAÇÃO

Foram relacionados ao subtema Planos de Educação 3 teses e 1 dissertação de mestrado acadêmico, com os seguintes focos temáticos: As

políticas públicas de educação infantil e de educação especial nos Planos Nacionais de Educação de 2001 (BRASIL, 2001) e 2014 (BRASIL, 2014a); Anísio Teixeira e o Plano Nacional de Educação (1963-1970); Formulação e tramitação do Plano Municipal de Educação (PME) no município; Plano de Ações Articuladas (PAR), regulação entre a União e municípios.

EDUCAÇÃO INDÍGENA

Foram relacionados ao subtema Educação Indígena 1 tese e 3 dissertações de mestrado acadêmico, com os seguintes focos temáticos: Contratação de professores índios e indigenistas nas redes de ensino estadual e municipal; Políticas Públicas para a educação indígena (Estado); Especificidades do currículo escolar indígena; Necessidades educacionais especiais para a população indígena com deficiência visual.

PESQUISA APLICADA AO DIREITO À EDUCAÇÃO

Foram relacionados ao subtema Pesquisa Aplicada ao Direito à Educação 1 tese, 2 dissertações de mestrado acadêmico e 1 dissertação de mestrado profissional, com os seguintes focos temáticos: Desenvolvimento de modelo organizacional para transporte escolar em área rural para estados e municípios, no atendimento da garantia do direito de acesso de estudantes às instituições de ensino; Criação de índice de condições mate-

riais e estruturais da escola; Desenvolvimento de modelo para estimativa de investimentos financeiros para o ensino fundamental e educação de jovens e adultos; Elaboração de instrumento de orientação dos cidadãos do itinerário a ser percorrido para que pleiteie judicialmente o direito a uma educação de qualidade.

ENSINO FUNDAMENTAL

Foram relacionados ao subtema Ensino Fundamental 3 dissertações de mestrado acadêmico, com os seguintes focos temáticos: Implementação do ensino fundamental de nove anos (BRASIL, 2006)³⁰ (município); Educação, pobreza e a evasão do ensino fundamental.

MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO

Foram relacionados ao subtema Municipalização do Ensino 2 teses e 1 dissertação de mestrado acadêmico, com os seguintes focos temáticos: Municipalização da Educação de Jovens e Adultos (município); Estratégias para a municipalização (município); Transferência de responsabilidades entre os entes federados.

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

Foram relacionados ao subtema Educação Quilombola 2 dissertações de mestrado acadêmico, com os seguintes focos temáticos: Lutas da comunidade quilombola e educação (território quilombola); Currículo na escola quilombola.

REFLEXÕES SOBRE OS SUBTEMAS

Ao observarmos o conjunto de subtemas relacionados ao Direito à Educação – Gestão Educacional, verificamos a participação de pesquisas de outros campos do conhecimento, em especial do campo do direito e da assistência social. Inferimos que o processo de judicialização das demandas educacionais verificados após a Constituição de 1988, motivou, dentre outros possíveis motivos, o aumento de pesquisas no campo do direito, assim como a ampliação de programas de assistência à cidadania também motivou os estudos nesse campo de conhecimento.

As modalidades de Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos foram as mais relevantes entre o universo de títulos pesquisados. Novamente as demandas da realidade educacional para esses grupos de estudantes podem ser consideradas um fator de estímulo à produção científica.

Cabe destaque entre os subtemas os estudos sobre Gestão Democrática, disposição constitucional para o ensino público, que demanda maior compreensão sobre os processos que envolvem a sua efetivação na educação brasileira, pois remete a problematizar até que ponto as políticas, os sistemas e as instituições de ensino se fizeram democráticas. Desde sua consagração legal, na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) e nos Planos Nacionais de Educação (2001 – 2011, e

2014 – 2024), a democracia se realiza mediante graus de baixa ou alta intensidade, dependente de um conjunto de elementos pertencentes às dimensões teóricas, políticas e práticas, associadas ao conceito de gestão democrática (LIMA, 2018).

A quantidade expressiva de programas federais enquanto objetos de pesquisa ou referenciados pelos estudos, demonstrou a importância da União na promoção da garantia do direito à educação, sendo de fundamental importância as diversas formas de cooperação entre os entes federados na área da educação, assim como a necessidade de regulamentação e institucionalização de instâncias governamentais estáveis que garantam o regime de colaboração.

As pesquisas, em sua maioria, foram pautadas em políticas, programas e reformas educacionais, evidenciando um caráter de focalização temática dos estudos, com uma perspectiva mais segmentada sobre a realidade educacional brasileira. Considerando a prevalência de pesquisas no âmbito do mestrado acadêmico e profissional, somando 78,06% da produção analisada, apresenta-se como um fator determinante para estudos mais focalizados, dado o seu o sentido de iniciação à formação do pesquisador em nível de Pós-Graduação (SAVIANI, 2017).

Considerando as três etapas da educação básica, destacaram-se as pesquisas dirigidas para a Educação Infantil e Ensino Médio, com menor

atenção ao Ensino Fundamental. Inferimos que as demandas pelo atendimento as etapas em destaque justificaram a ênfase dada pelas pesquisas, ficando em descoberto, no conjunto de trabalhos analisados, uma visão do processo de gestão da educação básica em sua totalidade.

REFLEXÕES SOBRES OS RESULTADOS

A análise dos resultados informados nos resumos das pesquisas, mesmo com as fragilidades já apontadas, revela um movimento contraditório na gestão educacional: a ampliação do ordenamento legal e normativo para a garantia do direito à educação, e, ao mesmo tempo, a inconsistência das políticas e programas destinados a materialização desse direito.

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, estabeleceu como modelo político institucional o Estado Democrático de Direito para o país, o que obriga o poder público a garantir os direitos sociais, conforme o seu artigo 6º, com políticas públicas que proporcionem vida digna em todos os cidadãos, considerados como sujeitos de direito (DUARTE, 2004).

A educação enquanto direito social, tornou-se um meio essencial para o exercício da cidadania, sendo imprescindível para a participação de todos nos espaços econômico, social e político, assim como para a redução das desigualdades,

possibilitando a formação de uma sociedade mais humana, na qual as pessoas são respeitadas considerando o pluralismo de ideias, culturas e etnias (MENDONÇA, 2000), promovendo pelo diálogo “a solução pacífica das controvérsias” (BRASIL, 1988), possibilitando assim, o estabelecimento de objetivos comuns e coletivos, para o bem estar de toda a sociedade.

Observamos que as pesquisas revelam uma ampliação progressiva do ordenamento jurídico relacionados ao direito à educação, entretanto, ocorre em um contexto de disputas entre grupos de interesses. Um marco nesse processo foi a Reforma de Estado iniciada em 1995, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), cujas principais características foram a descentralização, focalização e privatização, seguindo a concepção gerencial para a administração pública (PEREIRA; SPINK, 1999), que tem suas bases nos princípios do neoliberalismo, buscando a eficiência, eficácia e a obtenção de resultados para responder as demandas mercadológicas, desfigurando o modelo do Estado Democrático de Direito.

Assim, à medida que novas legislações foram sendo criadas, os governos federais e subnacionais passaram a ser constrangidos a criarem políticas sociais para o atendimento ao direito à educação, ainda que em um ambiente de transformações da administração pública (LIMA; GAN-

DIM, 2017). As políticas e programas educacionais passaram a incorporar, de forma geral, o gerencialismo como modelo, tendo na focalização e privatização suas principais características. A assunção de responsabilidades pela esfera privada ganhou espaço para o atendimento das políticas sociais.

Os resultados evidenciaram o caráter avaliativo das pesquisas sobre as políticas e programas, demonstrando a progressividade da legislação relacionada ao direito à educação, e, ao mesmo tempo, a sua baixa efetividade, revelados pelos dados da realidade observada. Mesmo assim, as pesquisas demonstram uma progressividade no atendimento dos grupos mais vulneráveis da sociedade. As principais críticas às políticas e aos programas referiram-se as suas inconstâncias em relação a gestão, ao financiamento e a falta de institucionalidade, ou melhor, consideradas como políticas de governo e não políticas de Estado para a garantia e materialização do direito à educação.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 fev. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 04 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 07 maio 2020.

BRASIL. **Resolução Nº 145, de 15 de outubro de 2004.** Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 07 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11274.htm. Acesso em: 07 maio 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de abril de 2007a.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm. Acesso em: 07 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007b.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm. Acesso em: 07 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: 07 maio 2020.

BRASIL. **Conferência Nacional de Educação 2010.** Documento Final. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010_doc_final.pdf. Acesso em: 05 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014a.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 07 maio 2020.

BRASIL. **Lei Nº 13.019, de 31 de julho de 2014b.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: 07 maio 2020

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).** 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/atendimento-socioeducativo> Acesso em: 05 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Escola de gestores da Educação Básica.** [s.d.]b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica>. Acesso em: 07 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa PNAE.** Sobre o Programa. [s.d.]a. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>. Acesso em: 07 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar.** [s.d.]c. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt>

-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/
programas/pnate. Acesso em: 07 maio 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família**. O que é? [s.d.].e. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 07 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional do Livro Didático - PNLD Pnaic**. [s.d.].f. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnld/pnld-pnaic>. Acesso em: 07 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projovem Urbano**. [s.d.].g. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17462-projovem-urbano-novo>. Acesso em: 04 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Brasil Alfabetizado**. [s.d.].h. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-alfabetizado>
Acesso em: 04 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)**. [s.d.].i. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/proeja>. Acesso em: 04 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Ações Articuladas (PAR)**. Perguntas frequentes. [s.d.].j.

Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/par/perguntas-frequentes>. Acesso em: 07 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Universidade para Todos - PROUNI**. [s.d.].k. Disponível em: <http://siteprouni.mec.gov.br/> Acesso em: 05 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Superior**. Entenda as cotas para quem estudou todo o Ensino Médio em Escolas Públicas. [s.d.].l. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>. Acesso em: 05 maio 2020.

BRASIL. **Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo)**. [s.d.].m. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/>. Acesso em: 05 maio 2020.

BRASIL. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**. [s.d.].n. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/programas-e-acoes-categoria/96-programa-nacional-de-educacao-na-reforma-agraria-pronera.html>. Acesso em: 05 maio 2020.

BRASIL. **Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância)**. [s.d.].o. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-proinfancia>. Acesso em: 05 maio 2020.

BRASIL. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)**. [s.d.].p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>. Acesso em: 07 maio 2020.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Programas sociais**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/peti/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 08 maio 2020.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. Ciências Humanas focam nos mestrados profissionais em rede nacional para qualificar professores. 2013. CAPES. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/36-noticias/6594-ciencias-humanas-focam-nos-mestrados-profissionais-em-rede-nacional-para-qualificar-professores>. Acesso em: 25 abr. 2020.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Educação Básica**. ParFor. [s.d.]. 2013. CAPES. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parFor>. Acesso em: 05 maio 2020.

DUARTE, Clarice Seixas. Direito Público Subjetivo e Políticas Educacionais. **São Paulo em Perspectiva**, v.18, n. 2, p. 113-118, jun. 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a12v18n2.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FERREIRA, Norma Sandra Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002.

GEWIRTZ, Sharon; BALL, Stephen. Do modelo de gestão do ‘Bem-Estar Social’ ao ‘novo gerencialismo’: mudanças discursivas sobre gestão escolar no mercado educacional. *In*: BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Programa Mais Educação**. [s.d.].b. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/ideb>. Acesso em: 07 maio 2020.

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. [s.d.].a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf. Acesso em: 07 maio 2020.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LIMA, Iana Gomes de; GANDIN, Luís Armando. Gerencialismo e dispersão de poder na relação Estado-educação: as traduções e os hibridismos do caso brasileiro. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, POA, RS, v. 33, n. 3, p. 729 - 749, dez. 2017. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/79305>. Acesso em: 10 mar. 2018.

LIMA, Licínio C. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública? **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 68, p. 15-28, mar./abr. 2018.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira**. Campinas: FE/UNICAMP, 2000.

MESSINA, Graciela. Estudio sobre el estado da arte de la investigación acerca de la formación docente en los noventa. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 19, p. 145-207, jan./abr. 1999.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. O Direito à Educação na Constituição Federal de 1988 e seu restabelecimento pelo sistema de Justiça. **Revista Brasileira de Educação**, n. 11, p. 61-74, mai-ago. 1999.

PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 763-778, dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022010000300008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 nov. 2017.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter Kevin. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. 3. ed., Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

SANDER, Benno. **Administração da Educação no Brasil: genealogia do conhecimento**. Brasília: Liber Livro, 2007.

SANTOS, Ana Lúcia Felix dos; AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um cam-

po acadêmico. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 42, p. 534-550, dez. 2009 Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000300010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 maio 2020.

SAVIANI, Demerval. A pós-graduação em Educação e a especificidade da pesquisa educacional. **Argumentos Pró-Educação**, v. 2, n. 4, abr. 2017. Disponível em: <http://ojs.univas.edu.br/index.php/argumentosproeducacao/article/view/184>. Acesso em: 05 mar 2020.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem** - Jomtien, 1990. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por. Acesso em: 07 maio 2020.

VALENTE, Ana Lúcia. O Programa Nacional de Bolsa Escola e as ações afirmativas no campo educacional. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 165-182, dez. 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 maio 2020.

NOTES

¹Trabalho integrante da pesquisa Direito à Educação no Brasil: o Estado da Arte de 1988 a 2018, coordenado pela Profa. Dra. Cristiane Machado (Faculdade de Educação / UNICAMP / LAGE), com

a participação dos(as) pesquisadores(as): Adriana Aparecida Dragone Silveira (NUPE/UFPR), Adriana Missae Momma (Lapplane/FE/Unicamp), Aline Gabrielle Pereira (LAGE/UEMG), Andréia Silva Abbiati (LAGE/IFSP), Angela Maria Gonçalves de Oliveira (LAGE/UFAM), Cleiton de Oliveira (LAGE/FE/Unicamp), Katya Lacerda Fernandes (LAGE/UFT), Luciane Muniz Ribeiro Barbosa (Lapplane/FE/Unicamp), Mara Suzany Romano Bergamo (LAGE/FACESPI), Marcia Cristina de Oliveira (LAGE/CEFET/RJ), Monica Cristina Martinez de Moraes (LAGE/PUC Campinas), Pedro Ganzeli (LAGE/FE/Unicamp), Rayane Regina Scheidt Gasparelo (LAGE/UNICENTRO) e Theresa Maria de Freitas Adrião (Greppe/FE/Unicamp) e financiada pela Fapesp (Processo 2018/11340-0).

²Na pesquisa que englobou este estudo foram objeto de análise as interfaces do direito à educação com as seguintes temáticas: avaliação, currículo, educação infantil, educação integral, exigibilidade do direito à educação, financiamento, gestão educacional, legislação e planejamento educacional, assim, o recorte sobre gestão educacional deve ser complementado aos demais trabalhos realizados.

³O acesso constante ao Banco de Dados Capes evidenciou divergências de dados, como por exemplo: as informações referentes ao número de títulos disponíveis em cada ano diferiam da relação de teses e dissertações apresentadas. Além disso, alguns trabalhos baixados não correspondiam ao autor informado.

⁴Conforme antecipamos, em cerca de 10% dos títulos foi necessário o acesso ao texto completo para busca da metodologia

⁵O Programa Nacional de Bolsa Escola (PNBE), herdeiro do Programa Garantia de Renda Mínima para “Toda criança na escola” (PGRM), de 10 de dezembro de 1997, foi implantado em março de 2001. Seu objetivo é garantir que a totalidade da população de 7 a 14 anos tenha facilitado o seu acesso à escola, mediante a concessão de bolsas que

complementem o orçamento mensal de famílias pobres (VALENTE, 2003).

⁶O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino (BRASIL [s.d.]a).

⁷Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Criado pelo Governo Federal, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é uma iniciativa que visa proteger crianças e adolescentes, menores de 16 anos, contra qualquer forma de trabalho, garantindo que frequentem a escola e atividades socioeducativas. Seu objetivo principal é erradicar todas as formas de trabalho infantil no país, em um processo de resgate da cidadania e inclusão social de seus beneficiários. O programa oferece auxílio financeiro, pago mensalmente pela Caixa, à mãe ou ao responsável legal do menor, por meio de cartão magnético (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL [s.d.]).

⁸O Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública faz parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e surgiu da necessidade de se construir processos de gestão escolar compatíveis com a proposta e a concepção da qualidade social da educação, baseada nos princípios da moderna administração pública e de modelos avançados de gerenciamento de instituições públicas de ensino, buscando assim, qualificar os gestores das escolas da educação básica pública, a partir do oferecimento de cursos de formação a distância. A formação dos gestores é feita por uma rede de universidades públicas, parceiras do MEC (BRASIL [s.d.]b).

⁹Concedido pela Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008 - Regulamenta a alínea “e” do inciso III do **caput** do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica (BRASIL, 2008).

¹⁰O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) (INEP [s.d.]a).

¹¹Programa Mais Educação (PME) foi criado pela Portaria Normativa Interministerial nº 17, de abril de 2007, com o objetivo de contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/série, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria de condições para o rendimento e o aproveitamento escolar (INEP [s.d.]b).

¹²O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) consiste na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com manutenção, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básica pública residentes em área rural. Serve, também, para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar (BRASIL [s.d.]c).

¹³Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi instituído pelo Decreto nº 6.094, de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípi-

os, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica (BRASIL, 2007a).

¹⁴O Bolsa Família é um programa da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais: complemento da renda, que garante o alívio mais imediato da pobreza; acesso a direitos, oferecendo condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social; e articulação com outras ações a fim de estimular o desenvolvimento das famílias. A gestão do Bolsa Família é descentralizada, ou seja, tanto a União, quanto os estados, o Distrito Federal e os municípios têm atribuições em sua execução. Em nível federal, o Ministério da Cidadania é o responsável pelo Programa, e a Caixa Econômica Federal é o agente que executa os pagamentos (BRASIL [s.d.]e).

¹⁵O Programa de Alfabetização na Idade Certa, que integra o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, é um programa do Ministério da Educação (MEC) que conta com a participação articulada entre Governo Federal, governos estaduais e municipais e do Distrito Federal, dispostos a mobilizar esforços e recursos na valorização dos professores e das escolas; no apoio pedagógico com materiais didáticos de qualidade para todas as crianças do ciclo de alfabetização e na implementação de sistemas adequados de avaliação, gestão e monitoramento, objetivando alfabetizar todas as crianças até oito anos de idade, apresentando como referência o Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 e a Meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL [s.d.]f).

¹⁶Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR). Objetivo: induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e

de qualidade, para professores em exercício nas redes públicas de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB; A participação das IES se dará por meio de Edital para seleção de propostas de cursos de licenciatura voltados para o atendimento de docentes em exercício na educação básica (CAPES [s.d.]).

¹⁷Projovem – Urbano, que tem como objetivo: elevar a escolaridade de jovens com idade entre 18 e 29 anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental, visando à conclusão desta etapa por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos integrada à qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania, na forma de curso, conforme previsto no art. 81 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Ações: apoiar técnica e financeiramente Estados, Municípios e o Distrito Federal para a oferta e o desenvolvimento de cursos do Projovem – Urbano, bem como conceder auxílio financeiro mensal aos jovens atendidos, durante os 18 meses de desenvolvimento do curso, no valor de R\$100,00, condicionado a 75% de presença deste jovem nas atividades presenciais e a entrega de trabalhos pedagógicos (BRASIL [s.d.]g).

¹⁸Programa Brasil Alfabetizado. Promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil. Sua concepção reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida. **Ações:** Apoiar técnica e financeiramente os projetos de alfabetização de jovens, adultos e idosos apresentados pelos estados, municípios e Distrito Federal (BRASIL [s.d.]h).

¹⁹Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Objetivo: O

Proeja foi criado inicialmente pelo Decreto nº 5.478 de 24/06/2005 e denominado como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. Por meio do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, é ampliado em termos de abrangência e aprofundado em seus princípios pedagógicos, passando a se chamar Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) (BRASIL [s.d.]i).

²⁰Plano de Ações Articuladas (PAR). Instrumento de planejamento da educação por um período de quatro anos. É um plano estratégico de caráter plurianual e multidimensional que possibilita a conversão dos esforços e das ações do Ministério da Educação, das Secretarias de Estado e Municípios, num Sistema Nacional de Educação. A elaboração do PAR é requisito necessário para o recebimento de assistência técnica e financeira do MEC/FNDE, de acordo com a Resolução/CD/FNDE nº14 de 8 de junho de 2012 (BRASIL [s.d.]j).

²¹A CONAE constituiu-se, assim, num espaço democrático de construção de acordos entre atores sociais, que, expressando valores e posições diferenciadas sobre os aspectos culturais, políticos, econômicos, apontam renovadas perspectivas para a organização da educação nacional e para a formulação do Plano Nacional de Educação 2011-2020 (BRASIL, 2010).

²²O Programa Universidade para Todos – PRO-UNItem por objetivo a oferta de bolsas de estudos, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior (BRASIL [s.d.]k).

²³A Lei nº 12.711/2012 garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os

demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência (BRASIL [s.d.]l).

²⁴Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo). Objetivo: Conjunto de ações articuladas que asseguram a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como, a formação dos professores na produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade da educação no campo em todas as etapas e modalidades – Decreto nº 7.352/2010 (BRASIL [s.d.]m).

²⁵Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Por meio do PRONERA, jovens e adultos de assentamentos têm acesso a cursos de educação básica (alfabetização, ensinamentos fundamentais e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio, cursos superiores e de pós-graduação (especialização e mestrado). O programa também capacita educadores para atuar nos assentamentos e coordenadores locais, multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. As ações do programa, que nasceu da **articulação da sociedade civil**, têm como base a diversidade cultural e socioterritorial, os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática e o avanço científico e tecnológico (BRASIL [s.d.]n).

²⁶O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo concebe, para os adolescentes infratores, um sistema de responsabilização diferenciado, comparando-se ao sistema de justiça criminal comum. A Lei Federal nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), introduziu uma legislação processual especializada no âmbito da Justiça da Infância e Juventude (art. 152 do ECA), a partir da prática de um ato infracional e da exigência de subordinação à medida socioeducativa prevista em lei. Isto impõe o reconhecimento da necessidade da promoção socioeducativa do adolescente envolvido na prática delitiva, com o propósito de dotá-lo de mecanismos psicossociais que permitam o rompimento com a trajetória infracional, por meio

do conhecimento, apropriação e exercício salutar dos direitos e deveres inerentes à cidadania (BRASIL, 2018).

²⁷A Lei Nº 13.019, de 31 de julho de 2014 estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999 (BRASIL, 2014b).

²⁸O Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância) foi instituído pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, em uma ação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de Educação Infantil (BRASIL [s.d.]o).

²⁹O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei Nº 12.523, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira (BRASIL [s.d.]p).

³⁰A Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 alterou a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade (BRASIL, 2006).